

Meta para estatais é de superávit de 0,6% do PIB

(Continuação da página A-5)

10. As seguintes medidas adicionais já já aprovadas ou anunciadas no final de 1998 para melhorar o superávit primário foram ou serão anunciadas: (i) aumento nos preços domésticos de energia e outras tarifas públicas, suficiente para assegurar o repasse dos "inputs" importados; (ii) suspensão, até o final do ano, dos créditos do PIS-Cofins aos exportadores; (iii) aumento do IOF sobre empréstimos ao consumidor; (iv) submissão ao Congresso de legislação que aumenta a contribuição dos militares à seguridade social; (v) redução (equivalente a 0,15% do PIB) dos gastos orçamentários federais com salários, a ser alcançada, inter alia, com a redução de novas contratações, o retardamento de movimentos de carreira e a postergação de promoções. Dentre as novas medidas, somente o aumento da contribuição previdenciária dos militares requer um projeto de lei. O restante poderá ser implementado por Decreto ou por Medida Provisória, esta última exigindo do subsequente ratificação por parte do Congresso.

11. A meta para as empresas estatais federais é de um superávit de 0,6% do PIB em 1999, parcialmente corrido por um pequeno déficit das empresas estaduais e municipais (em torno de 0,2% do PIB). De modo a contribuir para o alcance desse objetivo, os programas de investimento federais sofreram cortes equivalentes a 0,9% do PIB. Pode-se esperar uma redução do superávit primário das empresas federais ao longo do tempo, resultado da privatização de algumas das empresas mais lucrativas.

12. Em um número de governos estaduais (incluindo alguns entre os maiores Estados) continua a ser necessário ajuste fiscal adicional. Conforme mencionado no Memorando de Política Econômica anterior, os acordos de reestruturação de dívida entre o governo federal e os Estados determinam que estes últimos devam gerar superávits primários para servir a dívida reestruturada. O governo está comprometido a continuar a fazer cumprir esses acordos nos seus termos originais, utilizando-se dos meios neles previstos, tal como já fez em diversas ocasiões até o momento. As reformas administrativa e da previdência social, recentemente aprovadas, proporcionam aos Estados o quadro legal necessário para que iniciem uma constante redução da folha de pagamentos, condição indispensável para a geração de superávits primários em muitos Estados. Nesse contexto, o governo está negociando com o Banco Mundial um empréstimo de ajuste estrutural para financiar os custos associados à redução de despesas com funcionários estaduais, para facilitar o cumprimento por parte dos Estados das exigências da reforma administrativa. Nossas projeções indicam que permaneça viável a meta contida no programa "stand by" de 0,4% do PIB para o superávit primário consolidado dos Estados e municípios em 1999.

13. Enquanto muitos municípios brasileiros têm situação financeira saudável (como demonstrado pelo fato de que o resultado primário dos governos municipais mostrou recentes superávits nos últimos anos), algumas das maiores municipalidades acumularam dívidas contratuais e securitizadas significativas, sobretudo com o sistema bancário doméstico, dívidas que não vêm sendo há muitos anos efetivamente quitadas (ocorrendo, portanto, a capitalização dos juros em atraso). A dívida total dos municípios no final de 1998 está estimada em R\$ 24 bilhões (em torno de 2,5% do PIB), já incluída no cálculo da dívida pública. Com a Medida Provisória de 26 de fevereiro de 1999, o governo federal propôs o refinanciamento da dívida bancária contratual e securitizada dos municípios por um prazo de 30 anos, a uma taxa de juros equivalente a 9% acima da inflação. Os acordos de reestruturação de dívida serão baseados nos acordos assinados com os Estados, contarão com o mesmo tipo de garantia do serviço da dívida reestruturada e envolverão penalidades de juros nos casos de não cumprimento das exigências da Lei Camata, referentes aos limites de gastos com a folha de pagamentos. O acesso por parte dos municípios a novas fontes de financiamento continuará a ser severamente limitado. Estima-se que os acordos de reestruturação de dívida causem um impacto favorável no superávit primário consolidado do setor público equivalente a cerca de 0,1% do PIB em 1999, uma vez que eles requererão que os municípios envolvidos passem a gerar superávits primários que lhes permitam o pagamento da dívida reestruturada.

IV. Políticas Financeira e Monetária

14. O principal objetivo da política monetária é garantir a manutenção de um baixo índice de inflação. O Banco Central tenciona colocar em prática, da forma mais rápida possível, um plano de metas de inflação. Em primeiro lugar, o governo revisará, conforme apropriado, o projeto de legislação ainda em debate no Congresso, relacionado ao Banco Central e outras instituições financeiras, com vistas a fortalecer a independência operacional do Banco Central no processo de combate à inflação. A proposta revisada incluirá: procedimentos para o estabelecimento de uma meta anual de inflação, bem como para a prestação de contas ao Congresso dos progressos atingidos no alcance dessa meta; prazos fixos para o mandato do Presidente e diretores do Banco Central; quarentena para os membros da Diretoria do Banco ao se desligarem de suas funções. Além disso, o Banco Central pretende beneficiar-se de experiências estrangeiras de sucesso no estabelecimento da moldura técnica para a determinação da meta inflacionária. Com esse propósito, solicitou a assistência do Departamento de Assuntos Monetários e Cambiais do FMI para organizar (em cooperação com os bancos centrais de países que utilizam modelos de metas de inflação) um seminário em Brasília, no mês de abril, para discutir os principais assuntos nessa área.

15. Como a passagem para um modelo de meta inflacionária levará algum tempo, o Banco Central durante o período de interregno, contará com uma moldura quantitativa dentro da qual se encaixarão os ativos domésticos líquidos. A evolução proposta dos ativos domésticos líquidos, apresentada no me-

Dívida externa	
Critério de Desempenho para a dívida com Garantia Pública 1/	
Estoque da dívida externa com garantia pública (Posição em final de período)	
Dezembro de 1998 (estimativa)	480
Março de 1999 (critério de desempenho)	1.580
Junho de 1999 (critério de desempenho)	1.580
Setembro de 1999 (meta indicativa) 2/	1.580
Dezembro de 1999 (meta indicativa) 2/	1.580

1/ Este limite aplica-se a todas as dívidas externas privadas com garantia do setor público. O setor público compreende o setor público não financeiro, o Banco Central do Brasil e o setor público financeiro.

2/ Critério de Desempenho a ser definido no âmbito da terceira revisão do acordo.

morando técnico, é baseada nas projeções de inflação, de PIB real e de reservas líquidas internacionais mencionadas nos parágrafos 6 e 8 acima, assumindo-se a probabilidade de um aumento inicial na velocidade de circulação da moeda, conforme o aumento dos preços relacionado à desvalorização do câmbio, seguido de um gradual declínio, em função da reversão das expectativas inflacionárias no decorrer do ano. Um considerável grau de incerteza inevitavelmente envolve as projeções de demanda por moeda no ambiente atual de expectativas ainda não assentadas. Essas incertezas são, em parte, constituídas pela dificuldade em se quantificar o impacto futuro das alterações nas alíquotas do IOF e da CPMF na composição das carteiras financeiras das empresas e unidades familiares. Será necessário, portanto, manter o acompanhamento do desenvolvimento dos agregados monetários. Ademais, será preciso estar preparado para modificar as metas do programa, caso a taxa de câmbio (como um indicador antecedente de pressões inflacionárias) ou a própria taxa de inflação sofram desvios significativos e constantes da trajetória prevista, já que tais desvios podem sinalizar que a demanda por moeda fora superestimada ou subestimada.

16. Um maior enfoque por parte do Banco Central sobre a inflação e os agregados monetários requererá uma adequada flexibilidade na administração das taxas de juros. Como passo nessa direção, o Banco Central eliminou, no dia 4 de março, a banda para as taxas de desconto (TBC e TBAN) - associando essas taxas à taxa do mercado do overnight - e elevou a sua taxa de intervenção no mercado interbancário em 6 pontos percentuais, para 45%. Além disso, com vistas a reduzir a liquidez bancária, o Banco Central já havia aumentado em 3 de março de 1999, de 20% para 30% as reservas compulsórias dos depósitos a prazo. O BC também se esforçará para reduzir o seu estoque de posições à taxa de overnight com os bancos, prolongando os seus vencimentos e começando a oferecer títulos de renda fixa ao mercado com vencimentos de curto prazo. O Banco Central pretende reduzir, ao longo do tempo, o estoque de títulos no mercado, utilizando papéis do Tesouro para as suas operações no mercado interbancário. Para atingir esse objetivo, o Tesouro aumentará gradualmente as suas emissões líquidas de títulos nos próximos meses, com vistas à substituição parcial dos papéis do Banco Central que vencerão nesse período.

17. O sistema financeiro tem resistido relativamente bem ao impacto da queda de atividade econômica e da elevação das taxas de juros. Embora a inadimplência na carteira de empréstimo dos bancos tenha subido de 6% em junho de 1997 para 9,2% em novembro de 1998 (de 3% para 5% para os bancos privados), reflexo, em parte, de padrões de classificação mais rígidos, as provisões permaneceram, durante o mês de novembro de 1998, acima de 120% dos empréstimos não pagos, e informações preliminares indicam que a lucratividade dos bancos continuou a aumentar de forma significativa. Testes de stress sugerem que os principais bancos privados continuariam a superar as proporções requeridas de adequação de capital, mesmo se duplicasse a taxa de empréstimos em inadimplência. O Banco Central monitorará de perto os desenvolvimentos das carteiras dos bancos privados e

públicos nos próximos meses e garantirá que os requisitos de adequação de capital sejam rigorosamente observados. O Banco Central também fortalecerá sua supervisão sobre as exposições do sistema bancário na área cambial, através do estabelecimento, no curto prazo, de regulamentações mais avançadas, de acordo com os princípios da Basileia sobre limites para tais exposições. O Banco Central, finalmente, emitirá, até o final de 1999, regulamentação sobre riscos de mercado dos bancos com base nos padrões da Basileia, e implementará, com a cooperação técnica do Banco Mundial, um esquema de classificação de empréstimos.

18. O governo exercerá com determinação a sua política, já em curso, de conceder maior eficiência e reduzir, ao longo do tempo, o papel dos bancos públicos na economia. O Banco Meridional foi privatizado em 1998 e, durante o ano de 1999, será privatizado o Banespa, o sexto maior banco brasileiro, que está sob administração federal. Ademais, o governo solicitou à Comissão de alto nível encarregada do exame dos demais bancos federais (Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, BNDES, BNB e Basa) a apresentação, até outubro de 1999, de recomendações sobre o futuro papel dessas instituições, incluindo possíveis desinvestimentos, fusões, venda de participação acionária estratégica ou transformação em agências de desenvolvimento ou bancos de segunda linha. Essas recomendações serão analisadas e decididas pelo governo antes do final do ano, sendo que as decisões serão implementadas durante o ano 2000. O governo também já se decidiu sobre a privatização da administradora de ativos afiliada ao Banco do Brasil (BB/DITVM) e do instituto federal de resseguros (IRB Brasil-RE). Ao mesmo tempo, continuará o processo de privatização, fechamento ou transformação em agências de desenvolvimento dos bancos estaduais restantes. A privatização dos bancos, em particular de grandes Estados como Bahia e Paraná, deverá ocorrer em 1999, dando seguimento a privatizações bem sucedidas dos bancos estaduais do Rio de Janeiro, Minas Gerais e Pernambuco, entre outros, realizadas nos últimos dois anos.

V. Setor Externo

19. Sob o novo regime de flutuação do câmbio, as vendas de moeda estrangeira no mercado por parte do Banco Central serão efetuadas regularmente para alcançar o financiamento necessário projetado para o balanço de pagamentos. Intervenções limitadas e não esterilizadas poderão ser empreendidas ocasionalmente, a fim de conter condições de desordem do mercado. O Banco Central deixará de intervir no mercado cambial de futuros a partir de março de 1999. A adoção de um regime de taxa de câmbio flutuante facilitou a eliminação, a partir de 1 de fevereiro de 1999, de mercados cambiais distintos (comercial e de taxa livre). Tal medida abre caminho para uma próxima aceitação pelo Brasil das obrigações contidas no artigo VIII, seções 2, 3, e 4, da Carta constitutiva do FMI. Com a finalidade de eliminar quaisquer obstáculos que possam surgir nesse sentido, se algum, foi solicitada a assistência do Departamento Jurídico e de Assuntos Monetários e de Câmbio do Fundo.

20. O governo pretende buscar um compromisso

Dívida Líquida		
Meta indicativa para a Dívida Líquida do Setor Público Consolidado 1/		
Saldo da Dívida Líquida do Setor Público consolidado (Posição em final de período)	Teto 2/ (em R\$ milhões)	% PIB
Dezembro de 1998 (estimativa)	388.667	42,6
Março de 1999 (meta indicativa)	505.677	52,2
Junho de 1999 (meta indicativa)	514.266	51,7
Setembro de 1999 (meta indicativa)	510.608	50,7
Dezembro de 1999 (meta indicativa)	504.457	49,3

1/ O setor público consolidado compreende o governo central, os governos estaduais e municipais, as empresas estatais (federais, estaduais e municipais), o governo central inclui o governo federal, o sistema de seguridade social e o Banco Central do Brasil.

2/ Estoque máximo de Dívida Líquida do Setor Público Consolidado até o final do período

Metas para o Setor Externo	
Critério de Desempenho para a Dívida Externa do Setor Público Não-Financeiro 1/	
Estoque da Dívida Externa do Setor Público Não-Financeiro (posição em final de período)	Teto (em US\$ milhões)
Dezembro de 1998 (estimativa)	85.595
Março de 1999 (critério de desempenho)	87.966
Junho de 1999 (critério de desempenho)	91.823
Setembro de 1999 (meta indicativa) 2/	92.482
Dezembro de 1999 (meta indicativa) 2/	93.821

1/ As informações desta tabela abrangem toda a dívida externa do setor público não-financeiro. O setor público não-financeiro inclui o governo federal, os governos estaduais e municipais, as empresas públicas e o sistema de seguridade social. São excluídas quaisquer obrigações incorridas no âmbito deste acordo através do Fundo Monetário Internacional ou das fontes bilaterais de apoio. 2/ Critério de Desempenho a ser definido no âmbito da terceira revisão do acordo

Dívida externa	
Critério de Desempenho para a Dívida Externa de Curto-Prazo do Setor Público Não Financeiro 1/	
	Teto (em US\$ milhões)
Dívida externa de curto prazo do setor público não financeiro (Posição em final de período)	
Dezembro de 1998 (estimativa)	4.304
Março de 1999 (critério de desempenho)	5.304
Junho de 1999 (critério de desempenho)	5.804
Setembro de 1999 (meta indicativa) 2/	5.804
Dezembro de 1999 (meta indicativa) 2/	5.804

1/ As informações desta tabela abrangem toda a dívida externa do setor público não financeiro com vencimento inferior a um ano. O setor público não financeiro inclui o governo federal, os governos estaduais e municipais, as empresas públicas e o sistema de seguridade social. São excluídas as obrigações incorridas, junto ao Fundo Monetário Internacional ou as fontes bilaterais de apoio, no âmbito deste acordo.

2/ Critério de Desempenho a ser definido no âmbito da terceira revisão do acordo.

so voluntário dos bancos estrangeiros para manter e, com o tempo, aumentar gradualmente sua exposição no Brasil. Empresas brasileiras que captam recursos no exterior continuaram a ter acesso ao mercado externo de capitais nos últimos meses com emissões pequenas de notas e "commercial papers". Espera-se a aceleração dessa tendência nos próximos meses, com a retomada da confiança. Está-se planejando uma ou mais emissões soberanas mais adiante no ano, na medida em que as condições do mercado sejam favoráveis. É intenção do governo, no entanto, limitar a parcela de dívida externa pública e de dívida garantida pelo setor público dentro de tetos especificados no memorando técnico de entendimento, bem como limitar a parcela referente à dívida de curto prazo no total da dívida externa pública.

21. O governo mantém seu compromisso com a política de liberalização comercial adotada durante o primeiro mandato do Presidente Fernando Henrique Cardoso (resumida no Memorando de Política Econômica de novembro de 1998). Com vistas a aumentar a capacidade de competição dos exportadores brasileiros, o governo implementa um programa limitado de financiamento e equalização de taxas de juros, semelhante aos programas dos membros da OCDE, compatível com o consenso da União de Bema e em conformidade com a regulamentação da OMC. O orçamento de 1999 para o programa de equalização é equivalente a 0,1% do PIB e a maior parte dele já está comprometida. À luz do aumento de competitividade e levando em consideração as taxas de juros domésticas e a contração do crédito, o governo tenciona limitar o escopo do programa de equalização à exportação de produtos com longo ciclo de produção, tal como bens de capital. Como indicado no parágrafo 10, o governo suspendeu o crédito do PIS-Cofins aos exportadores.

Memorando de Política Econômica

Brasília, 8 de março de 1999

I. Antecedentes

1. No Memorando de Política Econômica anexo à carta de 13 de novembro de 1998, em que o governo brasileiro solicitou ao FMI um acordo stand by, foram delineados os desenvolvimentos econômicos que levaram à formulação do programa econômico brasileiro, com o apoio do FMI, do Banco Mundial, do BID, do BIS e da maioria dos países industrializados. O governo brasileiro reafirma o seu compromisso com as políticas ali descritas, modificadas na forma indicada abaixo, de modo a adaptá-las ao novo regime cambial.

2. O governo logrou, inicialmente, implementar com sucesso os pontos que compunham a essência do programa. Antes da aprovação deste pela Diretoria Executiva do FMI, em 2 de dezembro de 1998, o governo promulgou a emenda constitucional relativa à reforma da seguridade social e obteve a aprovação do Congresso para o aumento da Cofins: contribuição incidente sobre a receita das empresas. No entanto, a proposta para aumentar a contribuição para a seguridade social de servidores públicos e estendê-la aos aposentados não foi aprovada pela Câmara no início de dezembro e os esforços do governo para aprovar o imposto sobre transações financeiras (CPMF) sofreram atrasos. Durante o mês de dezembro, o Banco Central reduziu progressivamente a taxa de juros dos títulos públicos (que se manteve acima de 40% em meados de novembro de 1998) para 29% ao final do ano.

3. Não obstante o pronto anúncio de que o governo continuaria a enviar esforços para a aprovação da CPMF no prazo mais rápido possível e voltaria a submeter ao Congresso as medidas fiscais inicialmente rejeitadas, e não obstante a divulgação, em dezembro, de um conjunto de medidas fiscais compensatórias adicionais, a confiança do mercado continuou a declinar em janeiro de 1999, refletindo também preocupações com o compromisso de alguns estados importantes de ajustar suas finanças. Após fortes pressões sobre as reservas cambiais, em 13 de janeiro de 1999 o Banco Central ampliou a banda cambial e aumentou suas intervenções nos mercados pronto e futuro. No entanto, as pressões não se reduziram e, em 15 de janeiro, o Banco Central deixou que o real passasse a flutuar livremente. A taxa de câmbio média alcançou R\$ 1,52/US\$ em janeiro e R\$ 1,91/US\$ em fevereiro, comparada a R\$ 1,21/US\$ antes da mudança do regime.

4. Esses percalços não impediram a aprovação do programa fiscal em janeiro. Em particular, as medidas referentes às contribuições dos servidores públicos e aposentados foram apresentadas novamente e aprovadas rapidamente pelo Congresso, assim como o aumento da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido e o IOF proposto pelo governo para compensar a receita prevista até a aprovação do aumento da CPMF. A CPMF já foi aprovada

em duas votações no Senado e foi enviada à Câmara, havendo a expectativa de que ela seja votada em segundo turno até o final do mês de março. O orçamento de 1999 foi aprovado em 25 de janeiro de 1999.

II. Perspectivas Econômicas para 1999

5. O crescimento econômico projetado para 1999 deverá ser menor do que o previsto há alguns meses, com uma redução do PIB da ordem de 3,5% a 4% em média para o ano. Isso reflete uma queda de atividade mais pronunciada do que a inicialmente projetada no último semestre de 1998 e uma provável redução adicional da demanda doméstica no primeiro semestre de 1999, que será apenas parcialmente compensada por uma recuperação gradual que se iniciará durante a segunda metade de 1999 e que ganhará maior ímpeto no ano 2000, na medida em que haja recuperação da confiança, diminuam as dificuldades no financiamento externo e que a taxa de juros reais se reduza.

6. O novo regime de flutuação cambial exigirá uma nova âncora nominal para a política econômica. A política monetária, combinada com o fortalecimento do ajuste fiscal e uma firme política salarial no setor público, será fundamental para a prevenção do retorno da espiral inflacionária e para assegurar a rápida desaceleração da taxa de inflação que se segue ao impacto inicial da depreciação do real sobre os preços dos bens comercializáveis ("tradeables"). O índice de preços ao consumidor poderá alcançar mais de 10% na primeira metade de 1999, mas sua taxa de crescimento deverá, então, reduzir-se gradualmente, refletindo a firme condução da política monetária e a ausência de pressões de demanda interna. Ao final do ano, a taxa mensal de inflação projetada deverá estar na faixa dos 0,5%-0,7%.

7. A depreciação do real gerou um significativo incremento da competitividade brasileira. Como consequência e também em razão de um maior diferencial cíclico entre o país e seus parceiros comerciais, estima-se que o balanço comercial terá uma melhoria acentuada, passando de um déficit de US\$ 6,4 bilhões para um superávit de aproximadamente US\$ 11 bilhões em 1999. O déficit em conta corrente deverá também reduzir-se sensivelmente, caindo de 4,5% do PIB para algo em torno de 3% do PIB, o equivalente, praticamente, ao fluxo esperado de investimentos diretos estrangeiros. Apesar da melhoria na conta corrente, o balanço de pagamentos deverá continuar a apresentar déficits nos próximos meses, em razão de elevadas amortizações e do fato de que o fluxo de capitais deve recuperar apenas gradualmente. Na medida em que se fortalecer a confiança, um rápido aumento desse fluxo deve contribuir para que o total das contas externas alcance uma posição superavitária durante a segunda metade do ano.

III. Política Fiscal

8. A depreciação do real, por meio de seu impacto sobre, em particular, a dívida externa e a dívida interna indexada ao dólar, fez aumentar o valor da dívida em cerca de 11% do PIB, elevando-a para mais de 53% do PIB. O governo tenciona reduzir paulatinamente a proporção entre a dívida pública e o PIB para algo em torno de 50% no final de 1999 e para um nível menor do que o inicialmente projetado para o final de 2001 no programa "stand by" de novembro de 1998 (46,5%), através da obtenção de superávits primários do setor público consolidado nos próximos três anos maiores do que os originalmente fixados como meta. A persecução desse objetivo deverá ser também favorecida pela queda da taxa de juros reais, resultado esperado do ajuste fiscal reforçado e da mudança para o regime de livre flutuação cambial. Projeções da evolução da proporção entre a dívida e o PIB - baseadas em hipóteses plausíveis de crescimento do PIB, da taxa de juros reais e da taxa de câmbio real - indicam que superávits primários de 3% ao ano no período 1999-2001 seriam suficientes para atingir aquele objetivo. Contudo, de modo a contar com uma margem de segurança no caso de um cenário menos favorável do que o projetado, o governo pretende aumentar o superávit primário para, no mínimo, 3,1% do PIB em 1999, 3,25% em 2000 e 3,35% do PIB em 2001. Essas metas serão revistas para cima (o equivalente a até 0,15% ao ano) para refletir receitas adicionais (líquidas de transferências constitucionais) que poderão ser obtidas pelo governo federal na eventualidade de decisões favoráveis por parte do Supremo Tribunal Federal sobre casos pendentes de eliminação de certas isenções de imposto de renda sobre ganhos de capital e da Cofins.

9. A grande contribuição para alcançar a meta de ajuste fiscal programada é do governo federal. Nesse sentido, o superávit primário do governo federal deverá aumentar em 0,6% do PIB em 1998, alcançando pelo menos 2,3% do PIB em 1999 (em comparação com a meta original de 1,8% do PIB

contida no programa "stand by"). Para atingir esse objetivo, o governo manterá as despesas nominais com bens e serviços abaixo do nível de 1998. Ao estabelecer prioridades orçamentárias, o governo pretende proteger, o máximo possível, os programas que objetivam atender às parcelas mais pobres da população, tendo logrado obter o apoio financeiro do Banco Mundial e do BID relacionado a programas selecionados na área social.

10. As seguintes medidas adicionais já já aprovadas ou anunciadas no final de 1998 para melhorar o superávit primário foram ou serão anunciadas: (i) aumento nos preços domésticos de energia e outras tarifas públicas, suficiente para assegurar o repasse dos "inputs" importados; (ii) suspensão, até o final do ano, dos créditos do PIS-Cofins aos exportadores; (iii) aumento do IOF sobre empréstimos ao consumidor; (iv) submissão ao Congresso de legislação que aumenta a contribuição dos militares à seguridade social; (v) redução (equivalente a 0,15% do PIB) dos gastos orçamentários federais com salários, a ser alcançada, inter alia, com a redução de novas contratações, o retardamento de movimentos de carreira e a postergação de promoções. Dentre as novas medidas, somente o aumento da contribuição previdenciária dos militares requer um projeto de lei. O restante poderá ser implementado por Decreto ou por Medida Provisória, esta última exigindo do subsequente ratificação por parte do Congresso.

11. A meta para as empresas estatais federais é de um superávit de 0,6% do PIB em 1999, parcialmente corrido por um pequeno déficit das empresas estaduais e municipais (em torno de 0,2% do PIB). De modo a contribuir para o alcance desse objetivo, os programas de investimento federais sofreram cortes equivalentes a 0,9% do PIB. Pode-se esperar uma redução do superávit primário das empresas federais ao longo do tempo, resultado da privatização de algumas das empresas mais lucrativas.

12. Em um número de governos estaduais (incluindo alguns entre os maiores Estados) continua a ser necessário ajuste fiscal adicional. Conforme mencionado no Memorando de Política Econômica anterior, os acordos de reestruturação de dívida entre o governo federal e os Estados determinam que estes últimos devam gerar superávits primários para servir a dívida reestruturada. O governo está comprometido a continuar a fazer cumprir esses acordos nos seus termos originais, utilizando-se dos meios neles previstos, tal como já fez em diversas ocasiões até o momento. As reformas administrativa e da previdência social, recentemente aprovadas, proporcionam aos Estados o quadro legal necessário para que iniciem uma constante redução da folha de pagamentos, condição indispensável para a geração de superávits primários em muitos Estados. Nesse contexto, o governo está negociando com o Banco Mundial um empréstimo de ajuste estrutural para financiar os custos associados à redução de despesas com funcionários estaduais, para facilitar o cumprimento por parte dos Estados das exigências da reforma administrativa. Nossas projeções indicam que permaneça viável a meta contida no programa "stand by" de 0,4% do PIB para o superávit primário consolidado dos Estados e municípios em 1999.

13. Enquanto muitos municípios brasileiros têm situação financeira saudável (como demonstrado pelo fato de que o resultado primário dos governos municipais mostrou recentes superávits nos últimos anos), algumas das maiores municipalidades acumularam dívidas contratuais e securitizadas significativas, sobretudo com o sistema bancário doméstico, dívidas que não vêm sendo há muitos anos efetivamente quitadas (ocorrendo, portanto, a capitalização dos juros em atraso). A dívida total dos municípios no final de 1998 está estimada em R\$ 24 bilhões (em torno de 2,5% do PIB), já incluída no cálculo da dívida pública. Com a Medida Provisória de 26 de fevereiro de 1999, o governo federal propôs o refinanciamento da dívida bancária contratual e securitizada dos municípios por um prazo de 30 anos, a uma taxa de juros equivalente a 9% acima da inflação. Os acordos de reestruturação de dívida serão baseados nos acordos assinados com os Estados, contarão com o mesmo tipo de garantia do serviço da dívida reestruturada e envolverão penalidades de juros nos casos de não cumprimento das exigências da Lei Camata, referentes aos limites de gastos com a folha de pagamentos. O acesso por parte dos municípios a novas fontes de financiamento continuará a ser severamente limitado. Estima-se que os acordos de reestruturação de dívida causem um impacto favorável no superávit primário consolidado do setor público equivalente a cerca de 0,1% do PIB em 1999, uma vez que eles requererão que os municípios envolvidos passem a gerar superávits primários que lhes permitam o pagamento da dívida reestruturada.

IV. Políticas Financeira e Monetária

14. O principal objetivo da política monetária é garantir a manutenção de um baixo índice de inflação. O Banco Central tenciona colocar em prática, da forma mais rápida possível, um plano de metas de inflação. Em primeiro lugar, o governo revisará, conforme apropriado, o projeto de legislação ainda em debate no Congresso, relacionado ao Banco Central e outras instituições financeiras, com vistas a fortalecer a independência operacional do Banco Central no processo de combate à inflação. A proposta revisada incluirá: procedimentos para o estabelecimento de uma meta anual de inflação, bem como para a prestação de contas ao Congresso dos progressos atingidos no alcance dessa meta; prazos fixos para o mandato do Presidente e diretores do Banco Central; quarentena para os membros da Diretoria do Banco ao se desligarem de suas funções. Além disso, o Banco Central pretende beneficiar-se de experiências estrangeiras de sucesso no estabelecimento da moldura técnica para a determinação da meta inflacionária. Com esse propósito, solicitou a assistência do Departamento de Assuntos Monetários e Cambiais do FMI para organizar (em cooperação com os bancos centrais de países que utilizam modelos de metas de inflação) um seminário em Brasília, no mês de abril, para discutir os principais assuntos nessa área.